



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

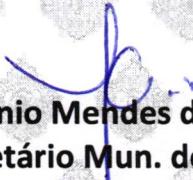
**Ofício nº PMC/SEPLAG/DCONV/254/2024
Congonhas, 25 de junho 2024.**

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Fomento nº 70/2024, que entre si celebram o Município de Congonhas e o Instituto Beneficente Vida Nova para ciência e controle.

Atenciosamente,

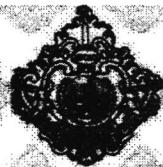

Paola Rossi de Oliveira
Diretora de Convênio e Prestação de Contas


Antônio Mendes da Silva
Secretário Mun. de Planejamento e Gestão

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2062/2024
Data: 26/06/2024 - Horário: 13:45
Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE FOMENTO N°. 70/2024

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O INSTITUTO BENEFICENTE VIDA NOVA

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1.652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, Allan Diego Falci, inscrito no RG nº. MG 10634862 e no CPF nº. 078.783.536-62 e o Instituto Beneficente Vida Nova, inscrito no CNPJ nº. 07.641.610/0001-13, com sede na Rua Raimundo Barbosa, 81, Praia, Congonhas/MG, neste ato representada por seu Presidente, Waterson Salles, portador do RG M7866164 e do CPF nº. 164.712.568-50, doravante denominada **OSC (Organização da Sociedade Civil)**, resolvem celebrar este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

EMENDA IMPOSITIVA

Processo Administrativo nº. 18159/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a execução do projeto “Promovendo saúde e qualidade de vida”, que pretende realizar ações educativas sobre estilo de vida saudável em todo o ciclo da vida, ou seja, da infância, fase adulta e terceira idade. Dessa forma, é possível trabalhar com a promoção e prevenção associadas a um estilo de vida saudável. Para tanto, são desenvolvidas atividades de educação em saúde como terapia ocupacional, psicologia e atividade física elaborais abordando novos hábitos de vida.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

O MUNICÍPIO nomeia como gestor do presente Termo de Fomento, Camila Maria Pereira Rates, conforme Portaria Municipal nº. PMC/323, de 28 de maio de 2024.

2.2 São obrigações do Gestor:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;
- IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;
- II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.
- III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

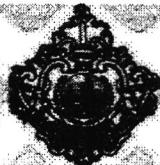
2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

- I – sanar a irregularidade;
- II– cumprir a obrigação;
- III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

2.5.1. O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: Harissa Ariele Pinto Cardoso, Aline Fátima Santos Pereira e Márcia Denise de Oliveira, conforme Portaria Municipal nº. PMC/323, de 28 de maio de 2024.

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

- a) análise do objetivo e sua finalidade;
- b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;
- c) análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 – A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

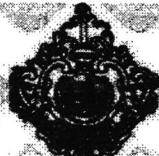
3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 – Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;
- d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);
- g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;
- h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;
- i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.
- j) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;
- k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

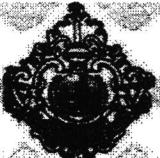
- a) responsabilizar-se pela execução do objeto;
- b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;
- f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
- k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;
- m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;
- p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerce suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- q) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de Fomento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento, no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

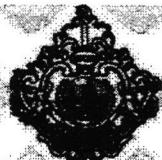
Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Fomento prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.

§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após, a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio à Entidades – SMS – Emenda Impositiva. 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 847 – Custeio). 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 975 – Investimento). Fonte: 1500.

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

- I - ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;
- II - se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;
- III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida);
 - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

b) Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

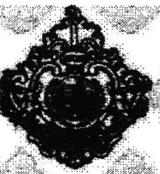
VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX – as cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

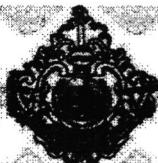
- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.
- Na cotação não se pode colocar marca: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.
 - Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
 - Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
 - Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa prévia de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
 - Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.
- X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;
- XI - recibos de depósito na conta específica;
- XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;
- XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;
- XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;
- XV - declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;
- XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;
- XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.

§ 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 3º As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

§ 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:
I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Física do município de Congonhas.

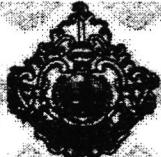
§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do resarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;

III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Controladoria Geral para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;

II – Cópia autenticada deste Termo;

III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;

IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;

V – Relatório emitido pela Controladoria Geral, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;

VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;

VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas, inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:

I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive, na forma da legislação vigente aplicável;

II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;

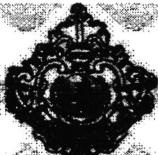
II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;

III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do Termo, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

Fica vedado à OSC:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;
- c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;
- d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- g) deixar de aplicar os recursos;
- h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- j) pagar despesas a título de taxa de administração;
- k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos participes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC resarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

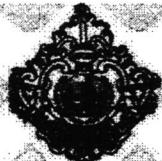
Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA DITAVA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, **se for o caso**, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão.

Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 19 de junho de 2024

gov.br

Documento assinado digitalmente
WATERSON SALLES
Data: 19/06/2024 19:59:13-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Waterson Salles

Presidente do Instituto Beneficente Vida Nova

Assinado de forma
digital por ALLAN
DIEGO
FALCI:078783
53662
Dados: 2024.06.19
17:17:13 -03'00'

Allan Diego Falcí
Secretário Municipal de Saúde

CLAUDIO ANTONIO
DE
SOUZA:31475698615

Assinado de forma digital por
CLAUDIO ANTONIO DE
SOUZA:31475698615
Dados: 2024.06.19 16:01:37
-03'00'

Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas

PLANO DE TRABALHO**1 - DADOS DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO/ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CONGONHAS | CNPJ: 16.752.446/0001-02

ENDERECO:
Praça Presidente Kubitschek - 135 – CentroMUNICÍPIO:
Congonhas | UF:
MG | CEP:
36.410.064NOME DO RESPONSÁVEL:
Cláudio Antônio de Souza | CI:
M1652882 | CPF:
314.756.986-15

CARGO: Prefeito

2 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC: Instituto Beneficente Vida Nova | CNPJ: 07.641.610/0001-13

ENDERECO:
Rua Raimundo Barbosa, 18, PraiaMUNICÍPIO:
Congonhas | UF:
MG | CEP: 36 416-150 | TELEFONE:
3731- 5497

CONTA CORRENTE ESPECÍFICA: | BANCO: | AGÊNCIA:

NOME DO RESPONSÁVEL:
Waterson Salles | Nº IDENTIDADE:
M7866164 | CPF:
164.712.568-50

ENDERECO: Av. Dr. Marco Paulo Simon Jardim, 260, Apt 602 - Piemonte

CARGO:
PRESIDENTE | TELEFONE:
(31)98879-6926 | E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA OSC:
institutovidanova20@gmail.com**3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

O Instituto Beneficente Vida Nova, também designado pela razão social Instituto Vida Nova, constituído em 06 de outubro de 2005, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado.

Instituto Vida Nova tem por finalidades:

- I – Promoção da assistência social;
- II – Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- III - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- IV – Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- V – Propiciar a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, reforço escolar, creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, alfabetização, alimentação, saúde física, mental, e hábitos de higiene conforme trata a lei Federal 8069/90-Estatuto da Criança e Adolescente, e demais Estatutos vigentes;
- VI – Promoção do Voluntariado e da Inclusão Social através de ações, projetos e meios de comunicação em geral;
- VII – Promoção de desenvolvimento econômico e social, agricultura e combate à pobreza;
- VIII – Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- IX – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- X – Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;
- XI – Atender o público alvo com cursos e projetos de capacitação profissional para todas as faixas etárias;
- XII – Atender o público alvo com projetos sociais, culturais, artísticos, esportivos, educativos e de saúde física e mental para todas as faixas etárias.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399

1- TÍTULO DO PROJETO

Promovendo saúde e qualidade de vida

PERÍODO DE EXECUÇÃO:
12 meses a partir da data da assinatura**2- OBJETO (DESCRIÇÃO DO PROJETO)**

O projeto "Promovendo saúde e qualidade de vida" pretende realizar ações educativas sobre estilo de vida saudável em todo o ciclo da vida, ou seja, da infância, fase adulta e a terceira idade. Desta forma, é possível trabalhar com a promoção e prevenção associadas a um estilo de vida saudável. Para tanto, são desenvolvidas atividades de educação em saúde como terapia ocupacional, psicologia e atividade física elaborais abordando novos hábitos de vida. Dentre elas está a Terapia Ocupacional usando as diversas formas de atuação interdisciplinar que pode oferecer suporte à atividade física laboral para reabilitação, no que se refere à aplicação de jogos educativos na prevenção da memória, intelecto na fase infantil à terceira idade no contexto educacional mediante a ação interdisciplinar. Com a prática regular de Atividade Física ajuda a controlar a massa corporal e a aumentar a massa muscular das pessoas, mas também é fundamental para proporcionar diversos outros benefícios à saúde, como regular os níveis de colesterol no sangue, reduzir o risco de diabetes, infartos e AVC. Já a Psicologia ao lado da atividade física e terapia ocupacional é auxiliar na criação de novos hábitos alimentares esclarecendo como é a relação do paciente e a alimentação. Também é importante destacar que, quando há algum transtorno mais grave envolvido, o trabalho do psicólogo é praticamente indispensável. Falar sobre as emoções e entender como o paciente constrói sua autoimagem são passos fundamentais para alcançar mudanças mais profundas que facilitem sua forma de pensar e seu comportamento por parte dele.

3- LOCAL (ENDERECO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO / ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL, SE NECESSÁRIA

Rua Raimundo Barbosa, 18, Praia, Congonhas/ MG.

4- JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

O trabalho multidisciplinar é uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas emocionais contemporâneos, destacando sua importante contribuição para o bem-estar das pessoas na vida diária. Entre os profissionais estão a psicóloga, a terapeuta ocupacional e o educador físico que atuam em conjunto para prover os melhores cuidados possíveis.

A terapeuta ocupacional avalia, previne, trata e reabilita dificuldades físicas ou intelectuais, favorecendo o desenvolvimento da pessoa para desempenhar as atividades da vida cotidiana de forma funcional, visando a melhoria na qualidade de vida. O deficiente intelectual como crianças e adolescentes, adulto ou idoso, ao nascimento e com o passar do tempo, vai apresentando suas funcionalidades cada dia mais prejudicadas com prejuízos cognitivos, autonomia diminuída, além de outras questões de saúde.

Contudo, pode dar direções de como tornar a casa e as tarefas diárias mais seguras. Pode recomendar equipamentos específicos para alguns casos e dar instruções de como evitar quedas e outros acidentes comuns. A terapeuta ocupacional participa junto com a equipe técnica Serviço Social e Psicologia desde a triagem do residente até a execução do plano terapêutico. É identificado com a família aspectos relacionados as atividades de vida diária e instrumental (tarefas relacionadas para executar em seu ambiente, como brincadeiras das crianças e seu comportamento, arrumar a casa, fazer compras, cozinhar, outros).

A psicóloga discute orientações diárias de manejo de comportamento dando suporte psicológico com o objetivo de manter o vínculo familiar e suporte à equipe técnica nos casos de difícil adesão ou adaptação. O trabalho ultrapassa as tarefas operacionais de suprir as necessidades básicas de conforto, tentando propiciar um ambiente de apoio afetivo e acolhedor. Seu trabalho é propor intervenções que estimulem a valorização de cada residente dentro de suas possibilidades, criando um ambiente de apoio afetivo e acolhedor. Dentro dessas intervenções estão as orientações diárias de como lidar com comportamentos disfuncionais, dificuldades de relacionamento para dar apoio a equipe multidisciplinar, garantindo que a pessoa com deficiência tenha suas vontades e particularidades respeitadas. A abordagem das atividades é realizada através de atividades lúdicas e oficinas respeitando a diversidade cultural e hábitos da comunidade.

A atividade física é um fator de prevenção de problemas de saúde. Ao adotar hábitos saudáveis, como alimentação adequada, exercícios físicos de reabilitação, equilíbrio e gestão do estresse, as chances de desenvolver doenças crônicas e transtornos mentais são reduzidas significativamente. O autocuidado também pode melhorar a qualidade de vida, aumentando a força diante de adversidades.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144996

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

As metas qualitativas do projeto são:

- Avaliação do terapeuta ocupacional de disfunções específicas e análise de dificuldades relatadas;
- Fortalecimento do vínculo entre o paciente e o terapeuta, bem como entre pacientes, pois isso favorecendo o andamento da terapia;
- Atendimento psicológico propiciando um ambiente de apoio afetivo e acolhedor para os pacientes;
- Auxiliar no tratamento e recuperação de pessoas a partir de rotinas de exercícios específicos para cada caso.

As metas quantitativas são:

- Os atendimentos contam com uma equipe multidisciplinar composta de profissionais de diversas áreas do conhecimento como terapeuta ocupacional, psicologia, Educador Físico, assistente social, coordenador, apoio administrativo para prestação de contas , secretária para recepção e serviços contábeis.
- Aquisição de materiais de papelaria e gráfica necessários ao projeto em geral (folhetos, papel A4, canetas, grampeador e grampos, lápis, borrachas, tesoura, régulas, pastas de arquivos com grampos, etc.);
- Aquisição de papelaria;
- Aquisição de plastificadora para os trabalhos de terapia ocupacional;
- Contratação de Terapeuta ocupacional;
- Contratação de Psicóloga;
- Contratação de Educador físico para reabilitação e fortalecimentos;
- Contratação de assistente social para acompanhamento das atividades e fortalecimento de vínculo familiar;
- Contratação de serviços de apoio administrativo para gerenciamento do projeto e dos recursos.
- Contratação de coordenador para coordenar o projeto de acordo com a demanda.
- Contratação de serviços contábeis;
- Contratação de uma secretária;
- Lanche para os profissionais e alunos;

9 - PÚBLICO-ALVO

Nosso Público alvo são pessoas de todos as idades e que apresentam vulnerabilidade social que estão em busca de uma vida saudável e seu bem-estar.

10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO

As atividades serão desenvolvidas com o público alvo da seguinte maneira:

Realização da matrícula, sendo inicialmente encaminhada para a assistente social para entrevista social e realização do cadastro socioeconômico.

Encaminhamento para a Psicóloga para uma avaliação de cada caso a ser desenvolvido as atividades;

Atendimento com a Terapeuta Ocupacional para analisar as atividades a serem desenvolvidas;

Atividades com Jogos dinâmicos e estratégicos para terapeuta ocupacional elaborando atividades em grupos e individual;

O Educador físico estipula quais os exercícios mais indicados para cada pessoa, de acordo com suas limitações, de modo a promover apenas benefícios minimizando os riscos e lesões, porém desenvolvendo novas habilidades corporais;

Atendimento com a Assistente Social para a realização de acompanhamento familiar de acordo com as necessidades identificadas; Apoio administrativo para prestação de contas e atendimento ao público;

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

OBJETIVO	ATIVIDADE(S) RESUMO	RESULTADOS ESPERADOS
Atendimento com a psicóloga propiciando um ambiente de apoio afetivo e acolhedor para os pacientes;	Atendimento individual e em grupos com dinâmicas e palestras.	Garantir a qualidade de vida emocional de cada paciente alcançando mudanças mais profundas que facilitem a forma mais leve de levar a vida.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399

Atendimento com a Terapeuta Ocupacional para desenvolver suas habilidades das coisas básicas do cotidiano e trabalhar o intelectual.	Apresentando jogos dinâmicos, trabalhos em grupos e atividades cognitivas.	Desenvolver habilidades perdidas, fortalecimento de vínculo entre a Terapeuta e o paciente favorecendo o andamento da terapia.
Aulas com o educador físico conforme o trabalho multidisciplinar da terapeuta ocupacional com disfunções específicas e análise de dificuldades relatadas do paciente.	Estabelecer metas, destacando prioridades do ponto de vista do paciente e do profissional.	Fortalecimento do corpo, auxiliando na criação de novos hábitos para uma melhor qualidade de vida e disposição no dia a dia.
Atendimento com a Assistente Social para intervenção social, realiza ações socioeducativas com indivíduos e grupos, relatórios e estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, análises institucionais, bem como, atendimentos individuais e familiares, entre outros.	Acolhimento, acompanhamento familiar, encaminhamento para a rede municipal e visita domiciliar conforme a demanda.	Defesa e garantia dos direitos sociais para os pacientes buscando melhoria das condições de vida no enfrentamento de desigualdades e acesso às políticas sociais, econômicas, ambientais e culturais.

12 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVOS / METAS(quantitativas e mensuráveis a serem atingidas)	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
As atividade serão desenvolvidas para as crianças acima de 07 anos de idade, jovens, adultos e idosos. Atendimentos individuais e em grupos, palestras e dinâmicas estratégicas, acompanhamentos de uma equipe multidisciplinar com Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Educador Físico, Auxiliar Administrativo, Coordenador e secretária.	Crianças, adolescentes , adultos e idosos; Execução das atividades com todos os recursos necessários. Estoque dos materiais, arquivos e pastas de cadastros individuais, atendendo a organização do projeto. Ambiente de ensino e instalações adequadas em funcionando. Desenvolvimento eficaz das atividades com as pessoas. Assiduidade, presença dos pacientes. Resultado de melhorias nos aspectos físicos, coordenação motora, acuidade visual; aspectos mentais, raciocínios, estímulos para a melhora da cognição.	Notas fiscais e prestação de contas Cumprimento do plano de aulas e relatório de realização das atividades mensais. - Acampamento do Assistente Social nas demandas de cada paciente. Acampamento da Psicóloga sobre o progresso das potencialidades intelectuais e afetivas. Acompanhemos do educador físico sobre o desenvolvimento físico do paciente. Avaliação da Terapeuta ocupacional no desenvolvimento cognitivo. Avaliação geral da equipe multidisciplinar de cada paciente e familiar.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399

13 - CONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META – ETAPA OU FASE)
RESUMO GERAL

META	ETAPA FASE	DESCRÍÇÃO DAS METAS E ETAPAS	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO		VALOR
			UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO	
Promovendo saúde e qualidade de vida	1	Material de consumo	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 8.700,00
	2	Material permanente	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 2.500,00
	3	Serviços de terceiros	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 148.800,00
	TOTAL DO PROJETO						R\$ 160.000,00

MATERIAL DE CONSUMO
14-PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS

META	ETAPA FASE	DESCRÍÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Promovendo saúde e qualidade de vida	1.1	Lanches e gêneros alimentícios	sob demanda	sob demanda	Sob demanda	R\$ 5.100,00
	1.2	Material de papelaria	sob demanda	sob demanda	Sob demanda	R\$ 1.800,00
	1.3	Utensílios como vasilhas de plásticos, bandejas, formas para as atividades da TO.	sob demanda	sob demanda	Sob demanda	R\$ 1.800,00
	SUBTOTAL					R\$ 8.700,00

MATERIAL PERMANENTE
15-PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS

META	ETAPA FASE	DESCRÍÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Promovendo saúde e qualidade de vida	2.1	Ventiladores	UNID.	3	R\$ 300,00	R\$ 900,00
	2.2	Máquina plastificadora	UNID.	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
	2.3	Kit de jogos para TO dinâmicos	sob demanda	sob demanda	sob demanda	R\$ 1.200,00
	SUBTOTAL					R\$ 2.500,00

Carlos Magno de Souza
 Controlador Geral do Município
 Mat. 20144199

SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)
16- PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS

META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Promovendo qualidade saúde e de vida	3.1	Assistente Social	Mês	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
	3.2	Apoio Administrativo	Mês	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
	3.3	Terapeuta Ocupacional	Mês	12	R\$ 1.280,00	R\$ 15.360,00
	3.4	Psicóloga	Mês	12	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
	3.5	Educador físico	Mês	12	R\$ 1.120,00	R\$ 13.440,00
	3.6	Secretaria	Mês	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00
	3.7	Serviços de coordenação	Mês	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
	3.8	Serviços contábeis	Mês	12	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
SUBTOTAL						R\$ 148.800,00

17- PLANO DE APLICAÇÃO – MUNICÍPIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio à Entidades – SMS – Emenda Impositiva. 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 847 – Custeio). 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 975 – Investimento). Fonte: 1500.

VALOR INVESTIMENTO: R\$160.000,00

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399

18 - PLANO DE APLICAÇÃO – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: não se aplica

não se aplica

19 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - CONCEDENTE

META/ETAPA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
						R\$ 160.000,00
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

20- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

META/ETAPA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

21 - DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Declaro, para fim de prova junto ao município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.

Congonhas, 19 de junho de 2024.
OSC:

Documento assinado digitalmente
gov.br WATERSON SALLES
Data: 19/06/2024 20:05:26-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Waterson Salles
Presidente da Instituto Beneficente Vida Nova

22 - APROVAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE CONGONHAS

O termo encontra guarda legal:

- a) () Previsão legal *Ant 29 Lei 13019/2014 DEFERIDO (X)* INDEFERIDO ()
b) () Previsão orçamentária *PL 71*
c) () Recursos financeiros *RL 22*
d) () Compatibilidade com a LDO *PL 72*
e) () Compatibilidade com o PPA *PL 72*

Congonhas, 20/06/2024

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral

23 - APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

DEFERIDO INDEFERIDO

Congonhas, 19 de junho de 2024.

CLAUDIO ANTONIO DE
SOUZA:31475698615

Assinado de forma digital por CLAUDIO
ANTONIO DE SOUZA:31475698615
Dados: 2024.06.19 16:02:07 -03'00'

Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas

ALLAN
DIEGO
FALCI:078
78353662

Assinado de
forma digital por
ALLAN DIEGO
FALCI:0787835366
Dados: 2024.06.19
17:17:29 -03'00'

Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 24 de Junho de 2024 - Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 - ANO 14 | Nº 3520

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO N°. 26/2024, PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Participes: O Município de Congonhas, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1. 652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, ALLAN DIEGO FALCI, portador da Carteira de Identidade nº. MG 10634862 e do CPF 078.783.536-62 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrito no CNPJ nº 21.089.438/0001-68, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 255, Dom Oscar, Congonhas/MG, representada por sua Presidente, Sônia Maria dos Santos, portador do RG MG 4.606.070 e do CPF nº 456.709.946-04. Objeto: Implementação do sistema de sonorização musical voltado especialmente aos alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e aquisição de equipamentos fisioterapêuticos (Gaiola e esteira ergométrica elétrica) para complementação nos tratamentos de Fisioterapia de forma a possibilitar a melhoria da prestação de serviços tornando-os mais práticos e eficientes. Repasse: O valor de R\$ 195.500,00 (cento e noventa e cinco mil e quinhentos reais). Dotação Orçamentária: Ficha 847 - 15.01.10.302.0057.0092.335041 - Fonte: 1500. Ficha 975 - 15.01.10.302.0057.0092.445041 - Fonte: 1500. Vigência: 19 de junho de 2024 até 19 de junho de 2025. Congonhas, 24 de junho de 2024. Cláudio Antônio de Souza, Prefeito de Congonhas. Sônia Maria dos Santos, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Expcionais - APAE.

Código de Validação: 204226

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO N°. 70/2024, PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O INSTITUTO BENEFICIENTE VIDA NOVA

Participes: O Município de Congonhas, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG nº M-1. 652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, Allan Diego Falci, inscrito no RG nº. MG 10634862 e no CPF nº. 078.783.536-62 e o Instituto Beneficente Vida Nova, inscrito no CNPJ nº. 07.641.610/0001-13, com sede na Rua Raimundo Barbosa, 81, Praia, Congonhas/MG, representada por seu Presidente, Waterson Salles, portador do RG M7866164 e do CPF nº. 164.712.568-50. Objeto: A execução do projeto "Promovendo saúde e qualidade de vida", que pretende realizar ações educativas sobre estilo de vida saudável em todo o ciclo da vida, ou seja, da infância, fase adulta e terceira idade. Dessa forma, é possível trabalhar com a promoção e prevenção associadas a um estilo de vida saudável. Para tanto, são desenvolvidas atividades de educação em saúde como terapia ocupacional, psicologia e atividade física elaborais abordando novos hábitos de vida. Repasse: O valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 - Apoio à Entidades - SMS - Emenda Impositiva. 3.3.50.41 - Contribuições (Ficha 847 - Custeio). 4.4.50.41 - Contribuições (Ficha 975 - Investimento). Fonte: 1500. Vigência: 19 de junho de 2024 até 19 de junho de 2025. Congonhas, 24 de junho de 2024. Cláudio Antônio de Souza, Prefeito de Congonhas. Waterson Salles, Presidente do Instituto Beneficente Vida Nova.

Código de Validação: 204326

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO N°. 39/2024, PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O LAR COMUNITÁRIO DAS OPERÁRIAS DE SÃO JOSÉ

Participes: O Município de Congonhas, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1. 652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pela Secretaria